

OS IMPACTOS DAS INSTITUCIONALIZAÇÕES DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

BORGES, Thâmara dos Reis¹, MENDES, Lorena Souza¹; FERREIRA, Caroline Monteiro¹; NUNES, Mariana Aparecida Pereira Dias¹; MAGALHÃES Ana Claudia Machado¹; SILVA, Marlen Ferreira¹; RIBEIRO Ana Paula¹; DIAS; LOBATO, Gledson Régis.²

1. Discentes do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM/ Patos de Minas/ MG.
2. Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM/ Patos de Minas/ MG.

Acolhimento institucional se caracteriza por um serviço que oferece acolhimento provisório para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, em função de abandono ou cujas famílias encontrem-se provisoriamente impossibilitados de cumprir a função de cuidado, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou encaminhamento para família substituta. Alguns autores veem a institucionalização sendo prejudicial ao desenvolvimento infantil, apesar de ser a melhor opção para as famílias que vivenciam situações de violência, negligência, abusos. Os efeitos de um período de institucionalização prolongado interferem na sociabilidade e na manutenção de vínculos afetivos na vida adulta e também prejuízos cognitivos, como déficit intelectual. As crianças se apresentam mais distraídas e agressivas, manifestando dificuldades emocionais e de comportamento, e incapacidade de formar laços duradouros. Desta forma, o presente trabalho, pretende avaliar os impactos causados pela institucionalização de crianças e adolescentes a médio e longo prazo, assim como, apresentar uma alternativa para minimizar os danos, o Serviço de Família Acolhedora. Foi realizada pesquisa através de artigos científicos e literatura bibliográfica sobre acolhimento institucional, família acolhedora e impactos da institucionalização. Os materiais foram analisados entre junho de 2016 a outubro de 2017. As palavras chave utilizadas foram criança, adolescente, acolhimento institucional e acolhimento familiar. O abrigo promove o acolhimento e segurança para as crianças e os jovens abrigados, mas restringe o direito a individualidade e as particularidades de cada um. Um estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) em 2004, apontou 670 instituições de acolhimento em todo o Brasil, que abrigavam 19.373 crianças e adolescentes. Essa pesquisa revelou que 87% dessas crianças e adolescentes tinham família; 58,5% eram meninos, 61,3% com idade entre 7 e 15 anos; 18,9% destes eram abrigados por abandono; 11,7% por violência doméstica; 11,4% por dependência química dos pais ou responsáveis; 7% por vivência de rua e 5,2% por motivo de orfandade. Alguns dos comportamentos que podem ser observados por essas crianças e adolescentes são: pouca reação emocional, relacionamento interpessoal superficial, falta de preocupação e concentração na escola, podendo levar à graves distúrbios. A literatura especializada aponta a relevância do acolhimento institucional como medida protetiva, contudo são discutidas as dificuldades advindas de longos períodos de institucionalização. Nesse sentido, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora vêm se mostrando uma alternativa eficaz como medida de proteção às crianças e adolescentes em situação de risco, pois como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Serviço oferece oportunidade das crianças e adolescentes permanecerem no convívio familiar e comunitário.

Categoria: Psicologia (Graduação)